

POBREZA, ESCOLARIDADE E FORMAS DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE PARA O BRASIL NOS ANOS DE 2012 E 2019

Ana Cristina Lima Couto¹
Claudeci da Silva²

Resumo

O objetivo deste artigo foi apresentar a evolução do perfil dos chefes de família pobres a partir de algumas variáveis selecionadas relativas às suas características pessoais, de escolaridade e de participação no mercado de trabalho e estimar suas chances de pobreza utilizando o modelo de regressão *logit*. A base de dados foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua dos anos de 2012 e 2019. Verificou-se alta participação de não brancos e baixa escolaridade entre os chefes de famílias pobres, tanto em 2012 como em 2019. Além disso, notou-se o aumento da precarização no mercado de trabalho, como consequência da redução do volume de emprego privado, com carteira de trabalho assinada e aumento do trabalho doméstico, sobretudo sem carteira. Os resultados da estimação do modelo *logit* revelaram que quanto maior a escolaridade menor a chance de pobreza. Observou-se ainda que as transferências de renda via aposentadorias, pensões e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) diminuem significativamente as chances de pobreza nos domicílios.

Palavras chave: Chefe de família. Escolaridade. Pobreza. Mercado de trabalho

POVERTY, EDUCATION AND INCORPORATION OF FORMS IN THE LABOR MARKET: AN ANALYSIS FOR BRAZIL IN THE YEARS 2012 AND 2019

Abstract

The objective of this paper was to present the evolution of the profile of poor heads of households based on some selected variables related to their personal characteristics, education and participation in the labor market and to estimate their chances of poverty using the logit regression model. The database was the Continuous National Household Sample Survey for the years 2012 and 2019. There was a high participation of non-whites and low education among heads of poor families, both in 2012 and in 2019. In addition, there was an increase in insecurity in the labor market, as a result of the reduction in the volume of private employment, with a formal contract, and increased domestic work, especially without a formal contract. The results of the estimation of the logit model revealed that the higher the education, the lower the chance of poverty. It was also observed that income transfers via pensions, pensions and the Continuous Payment Benefit (BPC) significantly reduce the chances of poverty in the households.

Keywords: Householder. Schooling. Poverty. Labor market.

¹ Doutora em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora do Departamento de Economia da UEM. E-mail: acalcouto@uem.br.

² Doutora em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora do Departamento de Economia da UEM. E-mail: csilva2@uem.br.

Introdução

A pobreza, embora seja um problema antigo, continua sendo uma grande preocupação dos formuladores de políticas sociais de todo o mundo, especialmente após a adesão de inúmeros países aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em 2000, que tinha como uma das metas a diminuição da pobreza. Em 2015, uma nova agenda foi proposta, denominada de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o compromisso com a redução da pobreza é a primeira meta a ser cumprida.

No caso específico do Brasil, a pobreza apresentou pequena redução entre 2012 e 2019, embora ainda continue muito alta. De acordo com IBGE (2020a), a proporção de pobres passou de 26,5% em 2012 para 24,7% em 2019. Já a proporção de extremamente pobres elevou-se de 5,8% para 6,5%, respectivamente³.

A literatura cita inúmeros fatores sociais e econômicos que estão associados à situação de pobreza das pessoas. Por exemplo, baixa escolaridade e mercados de trabalho desestruturados em que prevalecem alto desemprego, baixo assalariamento, informalização. Além disso, há características pessoais como sexo, cor ou raça, idade; composição da família e local em que se vive, entre outras, que podem influir nas chances de pobreza (HAUGHTON; KHANDKER, 2009; LIMA, 2005; BIYASE; ZWANE, 2017; SÁNCHEZ-SELLERO & GARCIA-CARRO, 2020).

Nesse artigo, o estudo da pobreza tem como elemento central a análise de dois ativos que estão relacionados à baixa e, muitas vezes, insuficiente renda: a educação⁴ e as formas de inserção ocupacional em termos de posição na ocupação e setor de atividade. De um lado, a educação favorece a obtenção de emprego e renda, como é reforçado na Teoria do Capital Humano. De outro, a principal forma de obtenção de renda da maioria das pessoas é pelo uso de sua força de trabalho, que pode ser mais bem valorada em razão de aspectos relacionados ao seu capital humano (experiência, saúde do trabalhador, escolaridade, por exemplo).

Sendo assim, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) dos anos de 2012 e 2019, este artigo tem como objetivos: primeiro, analisar a evolução do perfil da pobreza tendo como unidade de análise a pessoa de referência no domicílio (aqui chamado de chefe de família) a partir de um conjunto de variáveis relacionadas às suas características pessoais, de educação e de participação no mercado de trabalho; segundo, por meio do modelo de regressão logit, estimar os efeitos da educação e das formas de inserção ocupacional (posição na ocupação e setor de atividade em que está ocupado) sobre a chance de pobreza dos chefes de família.

³ Esses resultados foram obtidos considerando-se as seguintes linhas de pobreza utilizadas pelo IBGE (2020a): linha de pobreza de US\$ 5,50 PPC ao dia e a linha de extrema pobreza de US\$ 1,90 PPC ao dia.

⁴ Entendida aqui como escolaridade formal.

Não há consenso sobre como identificar uma pessoa pobre. É comum analisar a pobreza pela ótica monetarista, em que se distingue as pessoas pobres das não pobres a partir de uma linha de pobreza definida por algum critério. No Brasil, não há uma linha de pobreza oficial, mas é muito comum usar a proporção de meio salário mínimo de renda domiciliar *per capita*⁵. As abordagens que utilizam a dimensão monetária da pobreza associam-na com a renda baixa e insuficiente para atender as necessidades mais primárias de uma pessoa e sua família⁶. Utilizou-se a linha de pobreza de meio salário mínimo de 2019 (R\$ 499,00) *per capita*, um valor um pouco acima daquele definido pelo Banco Mundial de US\$ 5,50 PPC, cerca de R\$ 454,00 em 2019.

Este artigo está estruturado em quatro seções além desta introdução. Na seção dois, faz-se uma breve revisão sobre a relação entre pobreza, educação e mercado de trabalho. Na seção três, trata-se da metodologia empregada além de aspectos relacionados ao banco de dados e às variáveis utilizadas. Na quarta seção são apresentados os resultados da análise descritiva do perfil da pobreza e do modelo *logit*. Por fim, na quinta seção, as considerações finais.

A relação entre pobreza, mercado de trabalho e educação

Para que as pessoas possam ter uma vida digna e acesso aos bens e serviços que satisfaçam suas necessidades de sobrevivência e de suas famílias, é crucial a obtenção de renda, que para a maioria das pessoas provém do trabalho. Assim, a inserção no mercado de trabalho na condição de ocupado permite a obtenção dos recursos que deveriam garantir um nível de vida satisfatório e, por isso, o bom funcionamento desse mercado é essencial para contribuir com o bem-estar da população.

As características do mercado de trabalho podem afetar a forma de inserção ocupacional das pessoas, a utilização e remuneração da força de trabalho, podendo influenciar na condição de pobreza, conforme mencionado por Barros, Corseuil e Leite (2000). A maioria dos indivíduos depende das oportunidades de emprego existentes e, portanto, altas taxas de desemprego, precariedade dos postos de trabalho, subutilização da mão de obra (subemprego)⁷ e baixa remuneração contribuem para a condição de pobreza dos indivíduos.

Sánchez-Sellero e Garcia-Carro (2020) também afirmam que as características do mercado laboral são importantes na determinação da pobreza, sendo importante analisar a

⁵ É possível citar outras linhas de pobreza utilizadas na literatura, todas em termos *per capita*: ¼ do salário mínimo; a linha de pobreza do Programa Bolsa Família, que em 2020 estava em R\$ 89,00; as linhas do Banco Mundial de US\$ 1,90 ao dia (extremamente pobres), de US\$ 3,20 ao dia (para países de renda média baixa) e US\$ 5,50 ao dia (para países de renda média alta).

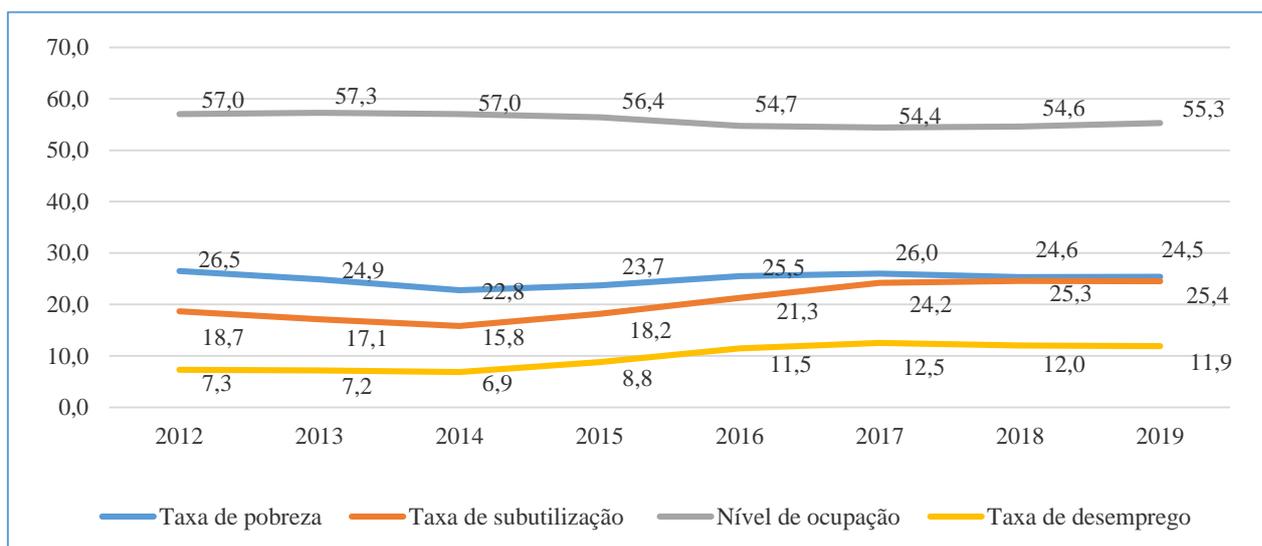
⁶ Não se desconhece que a pobreza vai muito além da questão monetária e que outras abordagens além da renda baixa são importantes como a das necessidades básica e das capacitações. A pobreza refere-se à privação não só de renda, mas do acesso à educação, saúde, vestuário, energia elétrica, água potável, liberdade, justiça, entre outros elementos que fogem do escopo deste estudo.

⁷ O conceito de subemprego refere-se às pessoas que trabalham menos do que um determinado número de horas semanais. Por exemplo, menos do que 20 horas semanais.

forma de inserção ocupacional em função da posição na ocupação⁸ e tipo de contrato (temporários ou por tempo indeterminado).

Os dados do Gráfico 1 mostram o comportamento de alguns indicadores do mercado de trabalho e da taxa de pobreza no Brasil entre 2012 e 2019. Nota-se que a taxa de desemprego, a taxa de subutilização da mão de obra e a taxa de pobreza caíram lentamente entre 2012 e 2014, enquanto o nível de ocupação vinha se mantendo. Em 2015 e 2016 esses indicadores pioraram em razão da recessão que afetou a economia. Nos anos seguintes, 2017, 2018 e 2019, caracterizados pela lenta retomada da atividade econômica, cujas taxas de crescimento do PIB foram em torno de 1,5% a.a., as taxas de desemprego e de subutilização da mão de obra se mantiveram elevadas.

Gráfico 1 – Alguns indicadores do mercado de trabalho e taxa de pobreza, Brasil, 2012 a 2019, em %



Fonte: IBGE (2019, p. 16) até 2018 e (IBGE, 2020b).

As condições de deterioração no mercado de trabalho no período mais recente no Brasil podem ser vistas para além do aumento do desemprego e da subutilização da mão de obra. Dados obtidos do IBGE (2019 e 2020a) mostram que ocorreu redução no número de empregados formais (ocupados com carteira de trabalho assinada, militares e estatutários), que passou de 50,3% em 2012 para 47,3% em 2019 enquanto aumentou a participação de empregados sem carteira (de 19,7% para 20%) e por conta própria (de 22,8% para 25,8%) no mesmo período. Assim, a taxa de informalidade subiu de 39,7% para 45,8%.

Esse comportamento ilustra que a queda do emprego formal tem ocorrido simultaneamente ao aumento da participação dos trabalhadores informais. Sobre esse

⁸ As autoras consideraram as seguintes categorias: empregador, conta própria sem empregados, assalariado e trabalhador familiar.

movimento, Marconi (2020) constata que o crescimento das ocupações por conta própria e sem carteira no setor privado tem ocorrido em atividades que se caracterizam pela baixa remuneração.

No entanto, cabe ainda destacar que apesar da redução dos empregos formais de modo geral, houve aumento de ocupações formais na modalidade de contrato intermitente. Com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), obtidos do IBGE (2020a), em 2018, primeiro ano com dados completos da celebração de contratos intermitentes⁹, foram realizadas 71 mil admissões nesta modalidade, representando 0,5% dos contratos com carteira de trabalho assinada. Em 2019, mais que dobrou esse tipo de contratação. Foram 155 mil contratos, que passou a representar 1% dos empregos registrados com carteira.

O trabalho intermitente é uma forma de subocupação dos trabalhadores formais. Sobre esse tipo de vínculo vale mencionar que:

[...] tal enfoque comporta indicadores importantes para analisar a subocupação entre os trabalhadores com carteira assinada, representando uma característica de vulnerabilidade da ocupação formal. Afinal, nos meses em que o empregado intermitente for menos requisitado, sua remuneração será menor, afetando ainda outras verbas trabalhistas, como férias, 13º salário, entre outras (IBGE, 2020a, p. 45).

O contrato intermitente gera insegurança ao trabalhador e não permite que ele tenha algum tipo de planejamento financeiro. Na verdade, essa modalidade é a legalização do chamado “bico” que vigora no mercado de trabalho brasileiro há muito tempo; é uma forma de precarizar ainda mais tal mercado.

Sobre a relação entre educação e pobreza, destaca-se a importância da Teoria do Capital Humano que atribui à educação um papel relevante para o desenvolvimento social e econômico de um país. A educação contribui para que os indivíduos melhorem suas competências e habilidades, aumentem sua produtividade e, conseqüentemente, suas rendas.

Barros, Henriques e Mendonça (2000) afirmam que por meio da educação é possível aumentar a produtividade do trabalho e promover o crescimento econômico. A educação também é um fator que favorece a obtenção de melhores empregos e salários e, portanto, pode ajudar na redução da pobreza.

Além disso, há o problema da transmissão da pobreza entre gerações, em que filhos de pais pouco escolarizados tendem a ter também baixa escolaridade. Assim, a baixa escolaridade dos filhos pode dificultar sua inserção ocupacional e oportunidade de emprego e renda que lhes proporcionem uma vida digna e melhor que a dos seus pais.

A educação é um dos mais importantes determinantes das rendas individuais. Por isso, os investimentos na expansão do ensino devem ser priorizados na luta contra a pobreza e a desigualdade, conforme salientado por Simões (2017), Bonal (2004) e Rocha (1995).

⁹ Os contratos intermitentes foram formalizados na Reforma Trabalhista de 2017.

No Brasil, o nível de escolarização da população ainda é muito baixo, mas tem havido alguma melhora relativa. Por exemplo, para as pessoas com 25 anos ou mais de idade, dados do IBGE (2020a) ilustram que entre 2016 e 2019 houve redução de 41,8% para 38,6% de pessoas sem instrução e com ensino fundamental incompleto e de 13,1% para 12,5% daqueles com ensino fundamental completo até o médio incompleto. De outro lado, observou-se que a proporção de pessoas com ensino médio completo e superior incompleto aumentou de 29,7% para 31,44% e com superior completo passou de 15,3% para 17,4%. No entanto, cabe destacar que apenas 4,5% das pessoas com 25 anos e mais de idade frequentavam escola em 2019.

Ainda com base nos dados do IBGE (2020a) entre os indivíduos sem instrução ou fundamental incompleto é importante mencionar que 62,4% deles estavam ocupados em atividades informais em 2019.

Sobre os rendimentos por nível de instrução no Brasil, 48,6% dos indivíduos com 15 anos e mais sem instrução ou até o ensino fundamental incompleto tinham rendimentos de até 50% da mediana do rendimento do país¹⁰. Apenas 1,6% dos que tinham ensino superior completo estava nesse nível de renda. Já na faixa que corresponde a 150% da mediana do rendimento nacional, havia 36,9% de pessoas que concluíram o ensino médio e 33,7% completaram o ensino superior.

No entanto, são reconhecidos os problemas que comumente ocorrem no mercado de trabalho em que nem sempre maior escolaridade se traduz em garantia de bons empregos e renda adequada. Pesquisa do Dieese (2018) mostrou que a escolaridade maior, apesar de contribuir para a obtenção de empregos com melhores rendimentos, não garante oportunidades condizentes com a qualificação e escolaridade do trabalhador. Entre 2014 e 2017, aumentou de 5 milhões para 6,2 milhões o número de ocupados de nível superior em empregos não condizentes com a capacitação dos indivíduos.

Com a crise do período 2015/2016, o mercado de trabalho se deteriorou ainda mais visto que houve:

[...] aumento da escolaridade dos ocupados, sem melhoria da renda e com menor participação em ocupações de maior especialização. Na crise, como há mais trabalhadores disponíveis, sem alternativas de emprego, muitos empregadores “aproveitam” para contratar pessoal mais qualificado para postos e funções que não exigem escolaridade alta (DIEESE, 2018, p.2).

Isto posto, pessoas com menor qualificação podem ser excluídas do mercado de trabalho.

As políticas públicas devem, portanto, estar voltadas para as ações que melhorem a qualidade do capital humano, pois a educação favorece uma melhor inserção ocupacional e aumenta a empregabilidade. No entanto, tais políticas também precisam promover melhorias no funcionamento do mercado de trabalho, que deve ser capaz de absorver o contingente de mão de obra disponível para o trabalho, especialmente gerar postos de trabalho condizentes com o nível de escolaridade dos indivíduos.

¹⁰ A mediana do rendimento domiciliar per capita em 2019 era de R\$ 861,00, conforme IBGE (2020b).

Dados e Métodos

A base de dados utilizada foi obtida na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), englobando todas as regiões do Brasil. A análise será feita para os anos de 2012 e 2019. A unidade de análise foi o chefe de família¹¹ visto que, em geral, este tem um papel muito importante na geração da renda domiciliar bem como no bem-estar de todos os membros da família, conforme mencionado por Rocha (2006). Além disso, Schwartzman (2007) afirma que grande parte da renda familiar provém da renda obtida do chefe, não importando o número de membros ocupados na família.

A PNAD contínua é uma pesquisa mensal com desenho de amostragem complexa e que necessita de um tratamento de inferência que leve em conta esta característica. Assim, os dados foram utilizados considerando o plano amostral, o qual leva em conta a estratificação das unidades de amostragem, conglomeração e probabilidades desiguais de seleção em um ou mais estágios e ajustes dos pesos amostrais para calibração com totais populacionais conhecidos.¹²

Para cumprir com o objetivo do trabalho, foi mantido no banco de dados apenas chefes de família ocupados com 14 anos e mais de idade os quais foram classificados em pobres e não pobres. Assim, quando o indivíduo é classificado como pobre, a variável de interesse assume valor 1 e valor zero para os não-pobres. Neste sentido, uma vez que a variável dependente é dicotômica recorre-se ao uso do modelo logístico.

São definidos como pobres os indivíduos cuja renda média domiciliar *per capita*¹³ é menor ou igual à linha de pobreza de meio salário mínimo de 2019 (R\$ 499,00). Esta linha de pobreza para os chefes foi calculada considerando os valores do rendimento domiciliar *per capita* habitual de todos os trabalhos e efetivo de outras fontes, corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado de 2012 a 2019.

Segundo Greene (2009), o modelo *logit* corresponde a um modelo de probabilidade de um evento Y ocorrer dado o valor de um conjunto de variáveis X. Considerando :

$$\begin{aligned} \text{Prob}(Y = 1 | \mathbf{x}) &= F(\mathbf{x}, \boldsymbol{\beta}) \quad \text{e} \\ \text{Prob}(Y = 0 | \mathbf{x}) &= 1 - F(\mathbf{x}, \boldsymbol{\beta}) \end{aligned} \quad (1)$$

¹¹ Vásquez (2002), Ribas (2005), Rocha (2006) e Teitelboim (2006) também utilizaram como unidade de análise nos seus estudos sobre pobreza os chefes de família.

¹² Para maiores detalhes do plano amostral ver Korn & Graubard (1990) e para informações sobre o tratamento pelo *Stata* consultar Queiroz (2013).

¹³ A renda média domiciliar *per capita* é obtida da divisão de todos os rendimentos de trabalho e de outras fontes pelo total de moradores do domicílio, excluindo-se pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos.

O conjunto de parâmetros β mostra a probabilidade de Y ser igual a uma unidade dado um valor de \mathbf{x} . Considerando uma regressão linear:

$$F(\mathbf{x}, \beta) = \mathbf{x}' \beta \quad (2)$$

Ao se considerar: $E[y | \mathbf{x}] = F(\mathbf{x}, \beta)$. Pode-se construir o seguinte modelo de regressão:

$$y = E[y | \mathbf{x}] + (y - E[y | \mathbf{x}]) = \mathbf{x}' \beta + \varepsilon \quad (3)$$

No modelo *logit* a distribuição logística será:

$$\text{Prob}(Y = 1 | X) = \frac{e^{\mathbf{x}' \beta}}{1 + e^{\mathbf{x}' \beta}} = \Lambda(\mathbf{x}' \beta) \quad (4)$$

Utiliza-se a notação $\Lambda(\cdot)$ para indicar a função cumulativa da distribuição logística, este modelo é chamado de modelo *logit* por razões. Considerando este modelo, é estimado um modelo *logit*:

$$Y = \ln\left(\frac{\pi(\mathbf{x})}{1 - \pi(\mathbf{x})}\right) = \alpha_0 + \beta_n \mathbf{x}_n + e \quad (5)$$

Y assume valor de 1 caso o chefe seja classificado como pobre e zero caso contrário. O vetor \mathbf{x} inclui n variáveis, de interesse e de controle, candidatas a avaliar os efeitos da escolaridade e das formas de participação no mercado de trabalho dos chefes de família ocupados, totalizando 11 informações, $n = 1, 2, \dots, 11$, sendo duas variáveis contínuas e 9 categóricas. As variáveis contínuas são a idade do chefe de família (*Idade*) e o quadrado dessa (*Idade*²).

Já as variáveis categóricas são: *Sexo*, com valor igual a um se o chefe for homem e zero caso contrário; *Cor*, com valor igual a um quando o chefe for branco (branco ou amarelo), zero caso contrário (preto, pardo e indígena); *Escaridade*, com quatro categorias: até quatro anos de estudo (*baseline*), de 5 a 8 anos de estudo, de 9 a 11 anos e 12 anos ou mais de estudo; *Posição na ocupação*, com 5 categorias: formal (*baseline*), sem carteira, conta própria, empregador e trabalhador familiar; *Setor de atividade*, com seis categorias: agrícola (*baseline*), indústria, construção civil, serviços, serviços domésticos e atividades mal definidas; *Aposentado/pensionista*, com valor igual a um se algum morador no domicílio recebeu pensão ou aposentadoria de instituto de previdência, com valor zero caso contrário; *Beneficiário BPC*, com valor igual a um se algum morador no domicílio recebeu Benefício de Prestação Continuada (BPC), e zero caso contrário; *Situação domiciliar*, assume valor igual a um se o domicílio se situa na zona rural, e zero caso se situe na zona urbana; e *Região*, com 5 categorias: nordeste (*baseline*), norte, sudeste, sul e centro-oeste.

Para o modelo *logit*, embora o foco do trabalho seja analisar os efeitos da escolaridade e da forma de inserção ocupacional, foram incluídas outras variáveis explicativas comumente utilizadas na literatura sobre determinantes socioeconômicos da pobreza. O gênero e a cor ou

raça, estão associadas a questões relativas à maior discriminação que mulheres e não brancos sofrem no mercado de trabalho e que resultam em menores rendimentos. Os níveis de pobreza diferem muito entre negros e não negros e entre homens e mulheres (FREITAS; RODRIGUES, 2012; LIMA, 2005;).

A variável idade e idade ao quadrado captam a experiência do trabalhador e os efeitos do ciclo de vida (LIMA, 2005; NÉRI, 2000). Com relação à escolaridade, que é uma das variáveis de interesse, esse indicador tem importante contribuição na redução da pobreza, sendo elemento crucial para obtenção de melhores oportunidades de emprego e renda (LIMA, 2005; HAUGHTON; KHANDKER, 2009). Sobre a posição na ocupação e setor de atividade (também variáveis de interesse), a literatura mostra que ocupações informais, de modo geral, estão associadas a baixos rendimentos e condições mais precárias de trabalho. Ademais, as taxas de pobreza costumam ser proporcionalmente maiores entre os ocupados do setor agrícola. (ARAÚJO; SILVA, 2013; OSÓRIO, 2011; SILVA JR., 2006).

A inclusão da variável relacionada à existência de beneficiário de transferências na forma de aposentadorias, pensão ou BPC se deve ao reconhecimento da importância dessa renda para a redução da pobreza no Brasil, sobretudo nas áreas rurais. Ela é uma *proxy* que capta o efeito das políticas públicas de transferência de renda sobre a pobreza. São recursos vinculados ao salário mínimo e têm contribuído significativamente para aliviar a pobreza de muitas famílias (LIMA, 2005; ROCHA, 2006; SCHWARTZMAN, 2007).

Sobre a localização do domicílio em área urbana ou rural, a inclusão dessa variável se deve ao fato de que embora o Brasil seja um país com um nível de urbanização acima de 85%, a pobreza é proporcionalmente maior no meio rural (VEIGA, 2000; DEDECCA, 2012; MARCONATO *et al.* 2015). Ademais, de acordo com Brasil (2021), baseado em dados do CadÚnico de 2020, o país possui em torno de 3,7 milhões de famílias que vivem no meio rural em condição de extrema pobreza. Por fim, a inclusão das regiões se deve ao fato de que a pobreza no Brasil se distribui de modo muito heterogêneo, estando concentrada na região Nordeste, que concentra cerca de 50% dos pobres no país e relativamente mais baixa nas regiões Sul e Centro-Oeste¹⁴.

Resultados e discussões

Evolução do perfil da pobreza dos chefes de famílias pobres (2012 e 2019)

Os dados da pesquisa revelam que entre os chefes de família, a proporção de pobres reduziu-se de 21,14% em 2012 para 18,82% em 2019. As regiões que contribuíram com essa redução foram o Sudeste, Sul e Centro Oeste, ao passo que as regiões Norte e Nordeste apresentaram aumento, não permitindo, deste modo, maior redução da pobreza entre os chefes (Tabela 1). Destaca-se a alta proporção de chefes pobres no Nordeste, mais de 48%,

¹⁴ Ver Tabela 1 na próxima seção.

tanto em 2012 como em 2019. Região essa que historicamente sempre deteve as maiores taxas de pobreza do país. Essas informações mostram como a pobreza no Brasil é heterogeneamente distribuída entre as grandes regiões. Nota-se ainda que os chefes pobres vivem majoritariamente na área urbana (70,82% em 2012 e 72,04% em 2019).

Tabela 1 - Distribuição dos chefes de famílias pobres por região e situação domiciliar, Brasil, 2012 e 2019, em %

Descrição	Ano	
	2012	2019
Região		
Norte	11,65	13,79
Nordeste	48,13	48,93
Sudeste	27,07	25,93
Sul	7,73	6,15
Centro Oeste	5,42	5,20
Brasil	21,14	18,82
Situação domiciliar		
Urbano	70,82	72,04
Rural	29,18	27,96

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua 2012 e 2019 obtido no IBGE (2020).

A Tabela 2 ilustra o perfil dos chefes de famílias pobres segundo alguns atributos selecionados. Enquanto em 2012 a maior parte era do sexo masculino (60%), em 2019 passou a ser do sexo feminino (51,6%). Essa mudança de perfil é uma tendência que tem ocorrido no Brasil, tanto entre os pobres como entre os não pobres, visto que as mulheres estão cada vez mais assumindo essa posição sejam elas solteiras, viúvas, com filhos e até mesmo com cônjuge. Sobre o aumento da chefia feminina no Brasil, mesmo tendo um cônjuge, algumas razões são apontadas pelo IPEA (2010): maior participação da mulher no mercado de trabalho, maior escolaridade em relação aos homens, o fato de algumas ganharem mais que os homens, o fato de algumas delas terem estabilidade no emprego e o adiamento da maternidade.

Há trabalhos que destacam a ocorrência de uma “feminização da pobreza”. Segundo IPEA (2010), a “feminização da pobreza” está associada ao aumento da chefia feminina ocorrer majoritariamente entre as mulheres de renda baixa que vivem sem um cônjuge no domicílio. Souza *et al.* (2020) também destacam a questão da feminização da pobreza em razão do crescimento (absoluto e relativo) da pobreza entre as mulheres relativamente aos homens.

Nota-se predomínio de não brancos (pretos, pardos e indígenas) entre os chefes pobres em ambos os anos. Quanto à faixa etária, observa-se maior proporção daqueles que têm de 30 a 49 anos de idade, um perfil ainda jovem e que sofreu elevação de 8,65 pontos percentuais (p.p.) entre 2012 e 2019. Um fato que merece destaque foi a queda na proporção de chefes pobres com 65 anos e mais de idade de 18,66% (2012) para 9,91% (2019). Esse

fato está relacionado ao acesso às aposentadorias, pensões e programas sociais como o BPC desse contingente, o que contribui para retirar muitas famílias da pobreza.

Conforme Tabela 2, aumentou a proporção de chefes pobres alfabetizados (que sabem ler e escrever) e a escolaridade média em cerca de 1 ano a mais de estudo no período analisado. Quanto às faixas de escolaridade, são altas as proporções daqueles com até oito anos de estudo, entretanto houve redução da participação nesses grupos. Somando-se as proporções dos que têm até 8 anos de estudo, em 2012 esse grupo representava 69,21% dos chefes pobres. Em 2019 essa participação caiu para 59,31%, uma queda de 9,9 p.p.

Apesar da alta proporção de chefes pobres nas faixas mais baixas de escolaridade, houve melhoria na participação daqueles com 12 a 15 anos de estudo (variação de 7,72 p.p.) e daqueles com 16 anos de estudo e mais.

Tabela 2 - Características dos chefes de famílias pobres por atributos, Brasil, 2012 e 2019, em %

Descrição	Ano	
	2012	2019
Sexo		
Masculino	60,0	48,4
Feminino	40,0	51,6
Cor ou raça		
Branco	30,0	24,3
Não brancos	70,0	75,7
Faixa Etária		
Até 18 anos	0,21	0,41
De 19 a 29 anos	10,64	14,35
De 30 a 49 anos	43,33	51,98
De 50 a 64 anos	27,16	23,35
65 anos e mais	18,66	9,91
Idade média (em anos)	43,34	44,28
Escolaridade		
Alfabetizados	79,65	84,88
Escolaridade média (em anos)	5,79	6,97
Grupos de anos de estudo		
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	14,55	10,25
1 a 4 anos de estudo	23,49	18,15
5 a 8 anos de estudo	31,17	30,91
9 a 11 anos de estudo	15,01	16,28
12 a 15 anos de estudo	15,15	22,87
16 anos ou mais de estudo	0,64	1,54

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua 2012 e 2019 obtido no IBGE (2020).

Em relação às formas de inserção ocupacional dos chefes pobres, a Tabela 3 apresenta informações sobre a posição na ocupação e o setor de atividade em que atuam. Destaca-se aumento da participação de trabalhadores domésticos, de 9,8% em 2012 para 14,55% em 2019, além de trabalhadores por conta própria e trabalhadores familiares não remunerados. Este comportamento está relacionado aos efeitos do baixo crescimento da economia após a recessão de 2015/2016. E, devido à falta de oportunidades no mercado de trabalho, o emprego doméstico, atividades por conta própria e ajuda a familiares acabam sendo a opção para muitas pessoas.

Tabela 3 - Características do mercado de trabalho de chefes de famílias pobres, Brasil, 2012 e 2019, em %

Descrição	Ano	
	2012	2019
Posição na ocupação		
Trabalhador doméstico	9,8	14,55
Militar do exército, da marinha, da aeronáutica, da polícia militar ou do corpo de bombeiros militar	0,00022	0,00014
Empregado do setor privado	44,9	37,6
Empregado do setor público	5,9	5,45
Empregador	1,1	1,04
Conta própria	37,96	40,58
Trabalhador familiar não remunerado	0,34	0,83
Posição na ocupação e categoria de emprego		
Empregado no setor privado com carteira assinada	27,18	19,1
Empregado no setor privado sem carteira assinada	17,72	18,44
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	2,07	1,08
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	7,75	12,75
Empregado no setor público com carteira assinada	0,92	0,53
Empregado no setor público sem carteira assinada	2,03	2,3
Militar e servidor estatutário	2,92	2,63
Empregador	1,1	1,04
Conta-própria	37,96	40,58
Trabalhador familiar auxiliar	0,34	0,83
Setor de Atividade		
Agrícola	29,15	23,16
Indústria	10,95	10,34
Construção civil	12,84	9,62
Serviços	37,18	42,17
Serviços domésticos	9,83	14,62
Atividades mal definidas	0,05	0,09

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua 2012 e 2019 obtido no IBGE (2020).

Ao analisar a posição na ocupação e categoria de emprego, que mostra informações mais detalhadas, a elevação do percentual de empregados domésticos se deu sobretudo sem carteira de trabalho assinada (de 7,75% para 12,75%); aumentou também a participação dos chefes pobres como empregados no setor privado sem carteira (de 17,72% para 18,44%). Os empregados com carteira de trabalho assinada sofreram queda de 27,18% para 19,1% (8,08 p.p.). Esses dados mostram uma deterioração nas formas de inserção, movimento esse que não difere daquele observado para o mercado de trabalho geral, mas que certamente afetou os pobres mais fortemente.

Quanto ao setor de atividade, 37,18% dos chefes pobres estavam ocupados no setor Serviços¹⁵ em 2012, passando para 42,17% em 2019. Cabe destacar que, majoritariamente, esse setor é o principal responsável pela geração de oportunidades de emprego no Brasil. Segundo Marconi (2020), de 2012 a 2019, as categorias mais modernas do setor Serviços foram as que apresentaram melhores resultados em termos de postos de trabalho (informação, comunicação, atividades financeiras, profissionais e administrativas). Em seguida, aparece o setor agrícola como importante fonte de ocupação dos chefes pobres, tendo havido uma redução na participação de 29,15% para 23,16%.

Tabela 4 - Contribuição à Previdência e existência de aposentado, pensionista ou beneficiário de BPC, Brasil, 2012 e 2019, em %

Descrição	Ano	
	2012	2019
Contribui com a Previdência		
Sim	40,5	32,9
Não	59,5	67,1
Há aposentado ou pensionista no domicílio		
Sim	17,2	14,3
Não	82,8	85,7
Há beneficiário do BPC no domicílio		
Sim	3,05	2,73
Não	96,95	97,27

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua 2012 e 2019 obtido no IBGE (2020).

Na Tabela 4 estão expostas as informações sobre a proporção de chefes pobres que contribuem com a Previdência e de domicílios que apresentam pelo menos um aposentado, pensionista ou beneficiário do BPC. Houve redução da proporção de contribuintes à Previdência de 40,5% em 2012 para 32,9% em 2019, fato esse que está relacionado com o aumento da informalidade bem como da queda da participação dos empregados no setor

¹⁵ Que engloba as atividades de: a) Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas; b) Transporte, armazenagem e correio; c) Alojamento e alimentação; d) Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas; Administração pública, defesa e seguridade social; e) Educação, saúde humana e serviços sociais; f) Outros Serviços.

privado com carteira de trabalho assinada, conforme já verificado na Tabela 3. Esse fato é preocupante porque a contribuição à Previdência garante direitos sociais como salário maternidade, auxílio doença, aposentadoria e pensão por morte aos dependentes, entre outros. Esse dado fragiliza ainda mais a situação dos mais pobres, que ficam excluídos de alguns direitos importantes.

Observa-se ainda redução da presença de aposentados ou pensionistas e beneficiários do BPC no domicílio. Esse fato pode estar relacionado com os ajustes feitos pelo Governo Federal desde 2017 e que tem dificultado a muitos brasileiros acessarem esses benefícios. Cabe destacar que, segundo Lima (2005), Rocha (2006) e Schwartzman (2007), a redução da participação de beneficiários dessas transferências conduz a um aumento da vulnerabilidade dessas famílias, visto que estes benefícios são vinculados ao salário mínimo e têm contribuído significativamente para aliviar a pobreza de muitas famílias no Brasil.

Resultados do modelo logit

Para verificar as mudanças ocorridas nas razões de chance de pobreza (*odds ratio*¹⁶) dos chefes de família ocupados em função de seu nível de escolaridade e formas de inserção ocupacional, além das variáveis de controle, foi realizada a estimação do modelo *logit*, cujo resultado se encontra na Tabela 5. A maioria dos coeficientes foram significativos, exceto para o setor “atividades mal definidas”. Os testes de classificação são maiores do que 70% tanto para as medidas de sensibilidade, especificidade e proporção de predições corretas, o que indica bons ajustes dos dados ao modelo tanto em 2012 como em 2019.

Observa-se que os chefes de família do sexo masculino assim como brancos possuem menores chances de pobreza tanto em 2012 como em 2019, corroborando com os resultados encontrados nos estudos de Campos (2010) e Freitas e Rodrigues (2012). O número de domicílios chefiados por mulheres vem aumentando ao longo dos anos, o que as tornam mais vulneráveis uma vez que as mulheres sofrem maiores discriminações no mercado de trabalho. De modo geral, na comparação da evolução dos rendimentos entre homens e mulheres, brancos e não brancos, mulheres não brancas são as que recebem o menor nível de rendimento, o que confirma o fato de mulheres não brancas serem mais propensas à pobreza. Segundo Freitas e Rodrigues (2012, p. 2), “A relação entre gênero e pobreza evidencia as desigualdades de renda que incidem com maior peso sobre as mulheres, tornando-as mais vulneráveis à pobreza”. A maior chance de pobreza das chefes de família mulheres é ampliada, conforme tais autoras, quando elas são a única responsável pela manutenção do domicílio.

Guimarães (2003) comenta sobre as discriminações que os negros sofrem no sistema educacional, no mercado de trabalho e na distribuição de rendimentos, o que aumenta ainda mais suas chances de pobreza.

A idade do chefe de família, que capta os efeitos do ciclo de vida, sendo *proxy* para a experiência do trabalhador, tem relação direta e positiva com sua chance de pobreza. Assim, à

¹⁶ A razão de chance (*odds ratio*) é calculada como o valor do coeficiente da *odds ratio* menos um vezes 100.

medida que vai ficando mais velho, essa chance aumenta, dada a dificuldade que pessoas mais velhas encontram de se inserirem no mercado de trabalho. Corroborando, o efeito quadrático da idade foi negativo, indicando que a relação entre idade e pobreza aparece como um U invertido. Neste sentido, a pobreza entre os chefes aumenta até uma idade máxima, a partir da qual certos fatores, como programas governamentais de aposentadoria, fazem com que diminua a pobreza entre esses. Assim, espera-se que a partir de determinada idade, a chance de pobreza vá se reduzindo ao longo do ciclo de vida. Teitelboim (2006) verificou resultado semelhante para o Chile. Segundo esse autor, quanto menor a idade do chefe de família, maior a probabilidade de pobreza no domicílio.

Quanto maior o nível de escolaridade do chefe de família, menor a chance de pobreza, tanto em 2012 como em 2019, indicando a importância dessa variável. Em relação à categoria base (até 4 anos de estudo), o chefe que possuía de 5 a 8 anos de estudo reduzia a chance de ser pobre em 37,4% (2012) e 35% (2019). Caso tivesse de 9 a 11 anos de estudo essa chance era menor em 54,7% (2012) e 50,9% (2019). Para aqueles com 12 anos ou mais de estudo, a chance de pobreza reduzia-se em 83% (2012) e 80,4% (2019). Ademais, a escolaridade contribui para reduzir os obstáculos que dificultam a obtenção de uma ocupação. No entanto, entre 2012 e 2019 houve diminuição do seu impacto.

Sobre a posição na ocupação, com exceção do empregador, a chance de pobreza dos chefes que trabalham sem carteira, como conta própria e trabalhador familiar aumenta, sugerindo que empregos com carteira (*baseline*), de modo geral, oferecem condições relativamente melhores de renda. Em 2012 um chefe que trabalhava sem carteira tinha 1,8 vezes mais chance de ser pobre relativamente aquele que trabalhava com carteira. Em 2019 essa chance aumentou em 2,43 vezes. Para os ocupados por conta própria essas chances também são muito elevadas, 1,54 vezes e 2,26 vezes maior para o mesmo período. Para os trabalhadores familiares, que estão numa situação mais vulnerável das categorias consideradas, nota-se que as chances de pobreza aumentaram 2,23 vezes e 4,9 vezes em 2012 e 2019, respectivamente. Resultado similar foi obtido por Ribas (2005), que mostra que as chances de pobreza aumentam para chefes ocupados em atividades informais, por conta própria e não remuneradas.

Em relação ao setor de atividade, os chefes de família ocupados na indústria, construção civil, serviços e serviços domésticos possuem menos chances de serem pobres relativamente aos ocupados no setor agrícola. Corroborando com isso o fato de que viver na área urbana também é um fator que contribui para reduzir a chance de pobreza, certamente porque nessas áreas se concentram muitas atividades econômicas e as oportunidades de emprego são relativamente maiores do que na zona rural, onde são desenvolvidas a maior parte das atividades agrícolas. Mendonça *et al.* (2010) também constataram menor chance de pobreza para os ocupados em atividades não agrícolas. Sobre essa questão, inúmeros estudos têm se dedicado a estudar a alta incidência da pobreza no meio rural brasileiro, particularmente entre os que se ocupam nas atividades agrícolas, dentre os quais: Silva Jr. (2006) e Mendonça *et al.* (2010).

Tabela 5 - Regressões do modelo *logit* para chefe pobre – coeficientes, nível de significância e razão de chance (OR), Brasil, 2012 e 2019

Variáveis	2012			2019		
	Coef	P> Z	OR	Coef	P> Z	OR
Sexo						
Homem	-0,147*	0,00	0,863	-0,305*	0,00	0,737
Cor						
Branco	-0,399*	0,00	0,671	-0,376*	0,00	0,687
Idade	0,018*	0,01	1,018	0,013***	0,10	1,013
Idade ²	-0,0007*	0,00	0,999	-0,001*	0,00	0,999
Escolaridade						
5 a 8 anos de estudo	-0,468*	0,00	0,626	-0,431*	0,00	0,650
9 a 11 anos de estudo	-0,792*	0,00	0,453	-0,712*	0,00	0,491
12 anos e mais de estudo	-1,769*	0,00	0,170	-1,629*	0,00	0,196
Posição na ocupação						
Sem carteira	0,586*	0,00	1,796	0,888*	0,00	2,431
Conta própria	0,432*	0,00	1,541	0,815*	0,00	2,259
Empregador	-1,145*	0,00	0,318	-0,995*	0,00	0,370
Trabalhador familiar	0,83*	0,00	2,295	1,589*	0,00	4,898
Setor de atividade						
Indústria	-0,636*	0,00	0,529	-0,332*	0,00	0,718
Construção civil	-0,518*	0,00	0,596	-0,343*	0,00	0,710
Serviços	-0,747*	0,00	0,473	-0,582*	0,00	0,559
Serviços domésticos	-0,26*	0,00	0,771	0,129**	0,04	1,137
Atividades mal definidas	-0,327 ^{NS}	0,38	0,721	0,50 ^{NS}	0,21	1,653
Aposent./pension. domic.	-1,47*	0,00	0,229	-1,836*	0,00	0,159
Beneficiário BPC no domic.	-0,746*	0,00	0,474	-0,980*	0,00	0,375
Situação Domiciliar						
Zona urbana	-0,537*	0,00	0,587	-0,615*	0,00	0,541
Região						
Norte	-0,356*	0,00	0,701	-0,12*	0,00	0,887
Sudeste	-1,145*	0,00	0,318	-1,157*	0,00	0,315
Sul	-1,471*	0,00	0,230	-1,719*	0,00	0,179
Centro-Oeste	-1,366*	0,00	0,255	-1,360*	0,00	0,257
Constante	2,064*	0,00	7,878	1,708*	0,00	5,520
Estatísticas	Prob > F = 0,0000			Prob > F = 0,0000		
Teste F	77,69%			73,89%		
Prob (Y=1)	73,40%			78,48%		
Prob (Y=0)	74,57%			77,43%		
% de predições corretas						

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua 2012 e 2019 obtido no IBGE (2020).

Notas: *, **, *** coeficientes significativos a 1%, 5% e 10%, respectivamente. NS = coeficiente não significativo

Segundo Dedecca (2012), a pobreza no meio rural, especialmente entre os que atuam nas atividades agrícolas, se deve: ao mercado de trabalho que não gera empregos suficientes para absorver a população em idade ativa; aos problemas de acesso à terra e aos casos em que tal acesso não garante a geração de renda para as famílias; ao grande número de famílias pobres que produzem para o próprio consumo, mas não produzem o suficiente para sua manutenção por motivos como tamanho da terra, apoio técnico e financeiro inexistentes ou insuficientes e ausência de mercado local.

Destaca-se o maior coeficiente do setor Serviços em ambos os anos da análise. A chance de pobreza dos ocupados neste setor são 52,7% (2012) e 44,1% (2019) menores em relação aos ocupados na agricultura.

A existência de pelo menos um aposentado, pensionista ou beneficiário do BPC no domicílio também se mostrou muito significativo para a redução da chance de pobreza por conta da grande importância das transferências do governo na renda de muitas famílias. Neste caso, a chance de pobreza se reduz em 77,1% (2012) e 84,1% (2019). Tal fato confirma o efeito quadrático da idade, ou seja, há uma inflexão na pobreza entre os chefes, a partir de determinada idade, influenciada por recebimentos de rendas de outras fontes que não as do trabalho. Esses resultados também foram encontrados por Mendonça *et al.* (2010), Lima (2005), Rocha (2006) e Schwartzman (2007), ressaltando que essas transferências são essenciais na redução da pobreza, especialmente para as famílias que vivem no meio rural. Além disso, esses recursos ajudam a dinamizar a economia de inúmeros municípios, graças ao efeito multiplicador que possuem.

Quanto ao impacto da região em que se vive, em relação à categoria base (Nordeste), a chance de pobreza se reduz para os que vivem nas demais regiões do país. Conforme já visto na Tabela 1, é no Nordeste onde se concentra a maior proporção de pobres do país e viver nessa região, que tem um nível de desenvolvimento socioeconômico menor, certamente contribui para a chance de ser pobre.

Considerações finais

O objetivo deste estudo foi o de mostrar a evolução do perfil dos chefes de família ocupados e que se encontravam em condição de pobreza nos anos de 2012 e 2019 a partir de um conjunto de variáveis relacionadas às suas características pessoais, de escolaridade e de participação no mercado de trabalho. Em seguida, estimar um modelo *logit* para verificar suas chances de pobreza, particularmente em função da escolaridade e das formas de participação no mercado de trabalho.

Os resultados mostraram que o perfil dos chefes de famílias pobres não difere muito do que historicamente é verificado na literatura sobre pobreza. Maior proporção de não brancos em 2012 e em 2019 e aumento da participação de mulheres chefes.

A escolaridade apresentou pequenos avanços. A proporção dos chefes pobres que possuem até 8 anos de estudo que se reduziu de forma não desprezível, passando de 69,31% em 2012 para 59,31% em 2019 ao mesmo tempo em que houve expansão daqueles que

possuíam mais anos de estudo. Apesar desse avanço, não foi possível analisar a questão da qualidade da educação e da aprendizagem.

Sobre a distribuição por posição na ocupação, constatou-se que no período houve deterioração da condição dos chefes pobres em razão da queda do emprego formal e aumento das ocupações informais, sobretudo do trabalho doméstico sem carteira de trabalho assinada. Além disso, diminuiu o percentual de ocupados que contribuem com a Previdência, o que deixa os trabalhadores ainda mais vulneráveis diante das dificuldades que possam encontrar ao longo da vida, não tendo direito a benefícios como auxílio-doença, salário maternidade, aposentadoria por tempo de serviço e por invalidez. Ademais, os informais, ficam desprotegidos em caso de desemprego, não podendo contar com o seguro-desemprego, fragilizando ainda mais os pobres.

Por meio do modelo de regressão *logit*, constatou-se a importância da educação em termos de escolaridade e da forma de inserção ocupacional como determinantes da pobreza. Quanto maior a escolaridade relativamente aos que possuem até 4 anos de estudo, menor a chance de pobreza. Esse resultado reforça a importância da educação como um mecanismo que favorece uma melhor inserção no mercado de trabalho e obtenção de renda. Entretanto, com a grave situação em que se encontra o mercado de trabalho brasileiro, especialmente após a crise recessiva que afetou o país em meados de 2014, o mercado de trabalho está sofrendo com desemprego alto, geração de ocupações informais e de baixos rendimentos.

Sobre as formas de inserção ocupacional, o modelo *logit* reforça a importância das ocupações formais. De modo geral, os salários são maiores e os trabalhadores estão protegidos pela legislação trabalhista e previdenciária. Assim, as chances de pobreza se reduzem para os que possuem vínculo formal de trabalho.

Em relação ao setor de atividade, as atividades não agrícolas oferecem menores chances de pobreza aos trabalhadores. Observou-se que a existência no domicílio de beneficiários de transferências de renda do governo federal é de grande importância para o combate à pobreza. Em termos regionais, tendo o Nordeste como *baseline*, residir nas demais regiões reduz a chance de pobreza.

Conclui-se que para reduzir a pobreza no Brasil é fundamental a formulação de políticas públicas voltadas para ampliar a educação, tanto em termos quantitativos como qualitativos e que melhorem o funcionamento do mercado de trabalho. O país precisa criar postos de trabalho que forneçam boas condições de emprego e renda aos trabalhadores brasileiros.

Referências

ARAÚJO, S.M.; SILVA, M.V.B. Decomposição da Pobreza no Nordeste Brasileiro por Setor de Atividade Econômica e entre os Componentes Crescimento e Redistribuição da Renda no Período 1995- 2009. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, v. 44, n. 3, p. 693-718, jul-set. 2013.

BARROS, R.P.; CORSEUIL, C.H.; LEITE, P.G. Mercado de trabalho e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, p. 177-229.

BARROS, R.P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, p. 405-423.

BONAL, X. Is the World Bank education policy adequate for fighting poverty? Some evidence from Latin America. *International Journal of Educational Development*, n. 24, p. 649-666, 2004.

BRASIL. Ministério da Cidadania. *O rural inclusivo busca soluções de longo prazo para superar situações de pobreza no campo*, que atinge cerca de 3,7 milhões de famílias. Disponível em: www.gov.br/cidadania. Acesso em: 12 mai. 2021.

BIYASE, M.; ZWANE, T. An empirical analysis of the determinants of poverty and household welfare in South Africa. *MPRA Paper*. University of johannesburg, nº 77085, p. 1-19, 2017. Disponível em: <https://mpra.ub.uni-muenchen.de/77085/>. Acesso em: 13 ago. 2021.

DEDECCA, C.S. Contribuições para a agenda da política de combate à pobreza rural. In: BUAINAIN, A.M. (Org.). *A nova cara da pobreza rural: desafio para as políticas públicas*. Brasília: IICA, 2012, v. 16, p. 107-119.

DIEESE. *Escolaridade garante ocupação, mas não melhores empregos*. Boletim emprego em pauta. São Paulo: DIEESE, n. 9, ago. 2018, p. 1-4. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2018/boletimEmpregoEmpauta9.html>. Acesso em: 20 jul. 2020.

FREITAS, A.M.L.; RODRIGUES, L. As relações de gênero, emprego e pobreza no Brasil. In: CONGRESSO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 3, 2012, Montes Claros. *Anais...* Montes Claros, 2012, p. 1-18. Disponível em: http://www.congressods.com.br/images/trabalhos/GT4/pdfs/ana_maria_lacerda.pdf. Acesso em: 05 set. 2020.

GREENE, W.H. *Econometric Analysis*. New York: Prentice Hall, 2009.

GUIMARÃES, A.S.A. Raça e pobreza no Brasil – a *rationale* dos estudos de desigualdades raciais. In: SEMINÁRIO O NEGRO NO ENSINO SUPERIOR, 2003, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2003, p. 3-15. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/Raca%20e%20pobreza.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2013.

HAUGHTON, J.; KHANDKER, S.R. *Handbook on poverty and inequality*. Washington: The World Bank, 2009.

IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população Brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em 10 jul. 2021.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD contínua. *Microdados da PNAD contínua*, 2020b. Rio de Janeiro: IBGE, Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: maio 2020.

IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população Brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em 05 jul. 2020.

IPEA. PNAD 2009 - Primeiras análises: investigando a chefia feminina. *Comunicados IPEA*, nº65, nov 2010. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101111_comunicadoipea65.pdf. Acesso em: 27 jun. 2020.

KORN, E. L.; GRAUBARD, B. I. Simultaneous testing of regression coefficients with complex survey data: Use of Bonferroni t statistics. *American Statistician*, v. 44, p. 270-276, 1990.

LIMA, A.L.M.C. *Modelagem de equações estruturais: uma contribuição metodológica para o estudo da pobreza*. 2005. 286 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

MARCONATO, M. *et al.* Taxa de pobreza e população rural no brasil: análise espacial dos períodos 2000 e 2020. *Economia e Desenvolvimento*. Santa Maria, v. 27, n. 1, p. 183-201, jan.-jul. 2015.

MARCONI, N. O mercado de trabalho ajudará a economia brasileira a se recuperar? *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro: FGV, v. 74, n. 2, p. 17-21, 2020.

MENDONÇA, K.V.; CAMPOS, R.T.; LIMA, P.V.P.S.; BATISTA, P.C.S. Análise das causas socioeconômicas da pobreza rural no Ceará. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 41, n. 3, jul./set., 2010, p. 519-542.

NERI, M. Qual foi o impacto da crise sobre a pobreza e a distribuição de renda? *Nota FGV Social*. Ago. de 2018. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/NOTA-CURTA-Pobreza-Desigualdade-a-Crise-Recente_FGV_Social_Neri.pdf. Acesso em: 9 Ago. de 2020.

OSÓRIO, R.G.; SOUZA, P.H.G.F.; SOARES, S.S.D.; OLIVEIRA, L.F.B. Perfil da pobreza no Brasil e sua evolução no período 2004-2009. *Texto para Discussão n. 1647*, Brasília: IPEA, 2011.

QUEIROZ, S.F. Uma Avaliação da Probabilidade de Pobreza Rural no Período de 2001 a 2009. *Série de Textos para Discussão nº 37*, Curso de Ciências Econômicas – FACE/UFG, Dez. 2013.

ROCHA, S. Governabilidade e pobreza: o desafio dos números. *Texto para Discussão n. 368*, Rio de Janeiro: IPEA, fev. 1995.

ROCHA, S. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SÁNCHEZ-SELLERO, M. C.; GARCIA-CARRO, B. Which Groups Have a Greater Risk of Poverty in Spain? *Revija Za Socijalnu Politiku*, v. 27, n. 1, p. 19-36, 2020.

SCHWARTZMAN, S. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SILVA JR., L.H. *Pobreza na população rural nordestina: análise de suas características durante os anos 1990*. BNDES, 2006, 108 p. (28º. Prêmio BNDES de Economia).

SIMÕES, R.D. Os impactos da pobreza na educação escolar. *Pensar a educação em Pauta*. 23 nov. 2017. Disponível em: <http://pensaraeducacao.com.br>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SOUZA, V.; PENTEADO, C.; NASCIMENTO, R.; RAIHER, A. A feminização da pobreza no Brasil e seus determinantes. *Informe Gepec*, v. 24, nº 1, p. 53-72, jan.-jun. 2020.

TEITELBOIM, B. *Factores concluyentes de la pobreza en base a um modelo logístico*. 2006. 101 f. Tesis (Master em Bioestadística) – Escuela de Salud Pública, Universidad de Chile, Chile, 2006.

VÁSQUEZ, F.G.P. *Los modelos logit y probit en la investigación social: el caso de la pobreza del Perú en el año 2001*. Lima: Centro De Investigación y Desarrollo (CIDE), 2002.

VEIGA, J. E. Pobreza Rural, Distribuição da Riqueza e Crescimento: a experiência brasileira. In: *Distribuição de Riqueza e Crescimento Econômico*. Ministério do Desenvolvimento Agrário. TEÓFILO, Edson Teófilo et al. (org.) Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Brasília: 2000, pp. 173-200.

Recebido em 04/10/2021

Aprovado em 26/01/2022